



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08310.006195/2022-23

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LINKS DE ACESSO À INTERNET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SR/PF/MA E SUAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS.

SUMÁRIO

ITEM	Descrição
1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO
2	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC
3	JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO
3.1	Contextualização e Justificativa da Contratação
3.9	Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais
3.10	Estimativa da demanda
3.11	Parcelamento da Solução de TIC
4	ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5	RESPONSABILIDADES
5.1	Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE
5.2	Deveres e responsabilidades da CONTRATADA
6	MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
6.1	Rotinas de Execução
6.3	Mecanismos formais de comunicação
6.4	Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança
7	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
7.1	CrITÉrios de Aceitação
7.2	Procedimentos de Teste e Inspeção
7.3	NÍveis Mínimos de Serviço Exigidos
7.4	Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento
7.5	Do Pagamento
7.6	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
8	ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO
9	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
10	DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
11	DO REAJUSTE DE PREÇOS
12	DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
12.1	Regime, Tipo e Modalidade da Licitação
12.7	Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência
12.8	CrITÉrios de Qualificação Técnica para a Habilitação
13	DA SUBCONTRATAÇÃO
14	DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de links de internet banda larga dedicados e simétricos, com fornecimento de endereços IPv4 públicos válidos.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Tendo em vista que os links MPLS da Rede PF, fornecidos atualmente pela Empresa Claro S/A, não estão atendendo a contento as necessidades do Órgão e a estimativa de implantação de expansão de soluções dependentes de links com maior estabilidade e capacidade motivaram a abertura do presente processo.

2.2. A contratação visa contratar empresa especializada no fornecimento de links dedicados de internet entregues por meio de fibra ótica, fornecendo um meio de tráfego de dados exclusivo, fornecendo em conjunto os equipamentos e insumos, em regime de comodato, necessários para o pleno uso do serviço em conformidade aos termos estabelecidos neste termo de referência e seus anexos.

2.3. Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade	Valor Unitário máximo aceitável por 1 Mbps
1	1	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: SR/PF/MA.	26484	300	Mbps	R\$ 13,09
	2	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: DPF/CXA/MA.	26484	100	Mbps	
	3	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: DPF/ITZ/MA	26484	100	Mbps	
	4	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: PORTO ITAQUI.	26484	50	Mbps	
	5	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: AEROPORTO INTERNACIONAL MARECHAL DA CUNHA MACHADO.	26484	50	Mbps	
	6	Link de acesso à internet, dedicado por meio de fibra ótica, com proteção anti-ddos, em acordo com especificações e requisitos e acordos de níveis de serviço estabelecidos neste termo e seus anexos. Localidade de instalação: PEP SHOPPING ILHA	26484	50	Mbps	

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.2. A Polícia Federal no Maranhão atingiu, em 2022, o maior contingente de sua história. Entre servidores diretos e indiretos num total de 357 (trezentos e cinquenta e sete) usuários de rede. Este enorme efetivo e o crescente número de serviços que transmitem e recebem dados em um volume cada vez maior (ex.: imagens de satélite, vídeos em alta resolução, videoconferências, transmissões de audiências, entre outros) esgotaram a capacidade de sua rede de longa distância (WAN – *Wide Area Network*).

3.3. A WAN, de abrangência nacional, é a responsável por permitir que, de um extremo ao outro do país, os usuários estejam integrados a um mesmo ambiente, tendo acesso aos mesmos sistemas e serviços. Esta complexa estrutura, por muito tempo dependente de escassas operadoras com capilaridade nacional, possui hoje alternativas capazes de oferecer larguras de banda consideravelmente maiores a um custo muito inferior do megabit por segundo (Mbps – *megabit per second*).

3.4. O intuito desta contratação é suprir a necessidade crescente de banda, atendendo aos usuários e serviços que utilizem a WAN, com tecnologias capazes de integrar este contingente em âmbito nacional, com menor dependência em relação às operadoras de

telecomunicação de grande porte, facilitando a contratação e inserção de circuitos mais econômicos a uma futura rede integrada de longa distância da PF, já em planejamento pela DTI/PF, garantindo conectividade com circuitos redundantes para acesso à Internet ou até mesmo ao ambiente interno da PF.

3.5. A solução integrada de rede de longa distância a ser adquirida pela DTI/PF será capaz de integrar, em âmbito nacional, diferentes tecnologias WAN, provedores e meios de acesso à Internet, usuários e serviços, com compatibilidade com circuitos MPLS (*Multiprotocol Label Switching*), circuitos dedicados de acesso à Internet e com circuitos de banda larga de acesso à Internet. Também será possível realizar a agregação e o balanceamento de carga entre circuitos MPLS e circuitos de acesso à Internet, sejam eles dedicados ou de banda larga, além de funcionar com os diferentes meios de conexão à Internet existentes (ex: Fibra, 4G, Satélite, Cobre, Rádio) e ser atualizável para funcionar com os futuros (Ex: 5G)

3.6. A partir desta contratação, será possível garantir a alta disponibilidade do ambiente de administração e interconexão da rede com fornecimento de uma solução com equipamentos capazes de garantir que os serviços de conectividade não serão afetados mesmo diante da necessidade de atualização ou substituição dos equipamentos do Data Center da Polícia Federal.

3.7. O Contrato atual 06/2018 vencerá em 06.05.2023 não sendo possível a sua renovação devido ao prazo máximo de 60 meses expirado.

3.8. Com base nas informações prestadas, solicita-se que seja autorizado o início do planejamento de contratação da Rede WAN Multisserviços com a inclusão dos serviços de acesso à Internet dedicada na SR/PF/MA

3.9. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação	Iniciativa 16.5. Migração de serviços de, pelo menos, trinta órgãos para a nuvem, até 2022.
Objetivo 11: Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica	Iniciativa 11.1. Garantir, no mínimo, noventa e nove por cento de disponibilidade das plataformas compartilhadas de governo digital, até 2022

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2022			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A154	Viabilizar instalação dos links ADSL em equipamentos SD-WAN
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A151	Planejar e contratar novo serviço de rede WAN
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A152	Contratar links ADSL ou dedicados para interligação de equipamentos SD-WAN

ALINHAMENTO AO PDTIC 2020-2022			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A154	Viabilizar instalação dos links ADSL em equipamentos SD-WAN
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A151	Planejar e contratar novo serviço de rede WAN
9: Garantir continuidade e disponibilidade de serviços de TIC	N113: Melhoria na qualidade do serviço de rede de dados	A152	Contratar links ADSL ou dedicados para interligação de equipamentos SD-WAN

ALINHAMENTO AO PAC* 2022	
Item	Descrição
68	Outros serviços para a infraestrutura de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

3.10. Estimativa da demanda

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE LINKS	Velocidade estimada necessária (Mbps)	Unidade de Medido	Tempo de Fornecimento
SR/PF/MA	1	300	Mbps	30 Meses

LOCALIDADE	QUANTIDADE DE LINKS	Velocidade estimada necessária (Mbps)	Unidade de Medido	Tempo de Fornecimento
Delegacia de Caxias	1	100		
Delegacia de Imperatriz	1	100		
Aeroporto Internacional Marechal da Cunha Machado	1	50		
PEP Shopping Ilha	1	50		
Porto Itaqui	1	50		

3.11. **Parcelamento da Solução de TIC**

3.12. O não parcelamento do objeto, e consequente agrupamento em grupo único, se faz necessário para garantir a padronização do serviço em todo o estado, objetivando não somente benefícios de caráter técnico, mas também a redução do custo da contratação.

3.13. Os links de dados a serem contratados serão predominantemente utilizados para a recepção e transmissão de informações sensíveis do âmbito do trabalho policial, é imprescindível que sejam alcançados os níveis mais elevados de segurança da informação.

3.14. A Superintendência Regional de Polícia Federal no Maranhão é a única unidade gestora, de onde será exercida a fiscalização técnica e administrativa do referido contrato, fazendo-se necessária a contratação de uma única empresa que possa entregar ferramentas que permitam a fiscalização remota do tráfego das informações em todos os links contratados, sendo essa a forma mais adequada para uma correta fiscalização técnica, que garanta a mitigação da possibilidade de falha na segurança das informações trafegadas, a fim de garantir o seu não vazamento além da entrega do acordo de nível de serviço estabelecido.

3.15. A exigência de acordos de níveis de serviço, disponibilização de endereços IPv4 públicos e válidos na internet além da disponibilização de ferramenta de monitoramento dos links poderão encarecer o valor agregado da contratação, a diluição desse custo por vários links torna mais vantajosa economicamente a contratação em grupo.

3.16. A restrição do tráfego das informações sensíveis da Polícia Federal por uma única malha (rede) bem como redução do número de pessoas com acesso as dependências da CONTRATANTE com acesso restrito, ou seja, por uma única prestadora, torna-se tecnicamente mais viável a possibilidade de monitoramento e fiscalização de eventuais incidentes na segurança da informação.

3.17. **Resultados e Benefícios a Serem Alcançados**

3.17.1. Maior estabilidade de conexão e consequente melhoria no desenvolvimentos das atividades executadas.

3.17.2. Redundância do serviço de provimento de acesso a internet aumentando a interoperabilidade.

3.17.3. Possibilidade de implantação de soluções não comportadas atualmente devido a capacidade do atual link de dados

4. **ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Requisitos de Negócio**

4.1.1. Os requisitos de negócio estão descritos no item 4 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.2. **Requisitos de Capacitação**

4.2.1. A CONTRATADA deve garantir que os serviços serão executados por pessoal devidamente capacitado para a execução.

4.3. **Requisitos Legais**

4.3.1. Os requisitos legais estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo

4.4. **Requisitos de Manutenção**

4.4.1. Os requisitos de manutenção estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo

4.5. **Requisitos Temporais**

4.6. Os requisitos temporais estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo

4.7. **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.7.1. Há requisitos de segurança e privacidade estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

- 4.7.2. Assinatura dos Termos de Ciência e de Sigilo, pelos funcionários que tiverem acesso as dependências e aos sistemas da Polícia Federal, em conformidade com o previsto no artigo 22, inciso III, alínea b, da IN 04/2014 SLTI/MPOG.
- 4.5.2. Assinatura do Termo de Sigilo Constitucional, pelos funcionários que tiverem acesso as dependências e aos sistemas da Polícia Federal.
- 4.5.3. Verificação da documentação dos membros da equipe da CONTRATADA.
- 4.5.4. Os funcionários da CONTRATADA devem usar identificação funcional de forma permanente, sempre que estiverem dentro das dependências da Polícia Federal.
- 4.5.5. Retirar das dependências da Polícia Federal os funcionários da CONTRATADA que estiverem agindo de forma inadequada.

4.8. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.8.1. Os requisitos tecnológicos estão descritos no item 5 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.9. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.9.1. Os requisitos tecnológicos estão descritos no item 5 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo

4.10. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

- 4.10.1. Os requisitos de implantação estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.11. **Requisitos de Implantação**

- 4.11.1. Os requisitos de implantação estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo

4.12. **Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.12.1. Os requisitos de garantia e manutenção estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.13. **Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.13.1. Os requisitos de experiência profissional estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.14. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

- 4.14.1. Os Requisitos de Metodologia de Trabalho estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.15. **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

- 4.15.1. Os requisitos de segurança e privacidade estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo além de:
- 4.15.2. A Empresa se compromete a assinar os termo de sigilo e compromisso, presentes nos anexos deste termo.

4.16. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.16.1. Os requisitos requisitos sociais, ambientais e culturais estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

4.17. **Requisitos de Qualificação.**

- 4.17.1. Os requisitos de qualificação estão descritos no item 6 do Estudo Técnico Preliminar da presente contratação, anexo deste termo.

5. **RESPONSABILIDADES**

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- i) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a) Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- j) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- k) Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- l) Outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação, observando, no que couber, as “Ações de Responsabilidade da Contratada”, constantes no “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”. Guia disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaRequisitosdeSIparaContratacoesdeTI.pdf>.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**6.1. Rotinas de Execução**

- 6.1.1. Designação formal da Comissão de Fiscalização: em até 3 (TRÊS) dias antes da celebração da reunião inicial do contrato.

- 6.1.2. Realização da reunião Inicial: acontecerá em até 3 (TRÊS) dias úteis após a assinatura do contrato, com a presença de representantes da empresa e da comissão de fiscalização do contrato.
- 6.1.3. Assinatura dos termos de sigilo e ciência: em até 2 (DOIS) dias úteis após a reunião inicial.
- 6.1.4. Vistoria para a instalação do serviço: em até 5 (CINCO) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 6.1.5. Instalação da infraestrutura necessária para à execução dos serviços: deve ser entregue em até 10 (DEZ) dias úteis.
- 6.1.6. Ativação dos links e disponibilização para pleno uso da CONTRATANTE: deve ocorrer em até 05 (CINCO) dias úteis após a entrega da infraestrutura necessária e no máximo em 30 (TRINTA) dias corridos após a assinatura do contrato.
- 6.1.7. O pagamento será feito mensalmente pelo valor referente a fração correspondente do contrato.
- 6.1.8. Emissão do caderno mensal: deverá ocorrer em até 5 (CINCO) dias úteis após o encerramento do ciclo mensal de faturamento.
- 6.1.9. Aceite provisório da fatura mensal: em até 5 (CINCO) dias úteis após o recebimento do caderno mensal.
- 6.1.10. Aceite definitivo da fatura mensal: em até 2 (DOIS) dias úteis após o aceite provisório.
- 6.1.11. Resposta a questionamento: em até 2 (DOIS) dias úteis, salvo se estas estabelecerem prazo maior.
- 6.1.12. Diante o encerramento do contrato a CONTRATADA terá 15 (QUINZE) dias úteis para a retirada de seus equipamentos em posse da CONTRATANTE, mediante prévio contato para agendamento.
- 6.1.13. A contratada deve entregar relatórios gerenciais em até 5 (CINCO) dias após o envio da solicitação por meio de canais fornecidos pela CONTRATADA.
- 6.1.14. Caso a CONTRATANTE solicite alteração, implantação, de configurações nos equipamentos da CONTRATADA a mesma deverá realizá-las ou justificar a impossibilidade de alteração ou aplicação das mesmas em até 24 (VINTE E QUATRO) horas.
- 6.1.15. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de primeiro de abril de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.1.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de primeiro de abril de 2021.
- 6.1.17. Nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133, de primeiro de abril de 2021, a CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la na execução do contrato.
- 6.1.18. A contratada deverá entregar o Termo de Responsabilidade e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo, presentes como anexo deste termo, conforme art. 18, inciso V da IN SGD/ME nº 1/2019.
- 6.1.19. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.1.20. Fornecer canal de comunicação via telefone com ligação gratuita e via web para solicitação de serviço pela Contratante, com geração de número de protocolo. A critério da administração, a Contratante poderá fornecer um sistema para gerir a comunicação com a Contratada.
- 6.1.21. Fornecer, quando solicitada, os números de protocolos e seus respectivos controles à Contratante.
- 6.1.22. Responsabilizar-se por todo transporte de equipamento e de pessoal necessário à prestação dos serviços contratados.
- 6.1.23. Dar aos materiais potencialmente poluidores, como embalagens de equipamentos, baterias, equipamentos defeituosos a serem descartados e outros provenientes da execução contratual, destinação ambientalmente correta, conforme legislação ambiental. Esses materiais que serão descartados deverão ser acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- 6.1.24. Após a assinatura do contrato, deverão ser observadas as etapas abaixo:
- 6.1.25. Instalação e ativação dos links

1. Reunião Inicial.

Responsável	Gestor do Contrato Fiscais do Contrato Contratada
Prazo	Após a assinatura do contrato
Atividades	Realização de reunião inicial, convocada pelo Gestor do Contrato, para o repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços, cuja pauta observará, pelo menos: a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma; b) entrega, por parte da

Responsável	Gestor do Contrato Fiscais do Contrato Contratada
	contratada, do termo de compromisso e do termo de ciência; e c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato.

2. Elaboração do plano de implantação.

Responsável	Gestor do contrato Fiscais do contrato Preposto Equipe Técnica da Contratada
Prazo	Após a reunião inicial
Atividades	A Contratada deverá agendar com o Gestor do contrato visita técnica para averiguar condições de instalação para os equipamentos. Caso necessário, deverá solicitar alterações na infraestrutura (elétrica, lógica) que sejam de responsabilidade da Contratante. Ao final, deverá comunicar ao Gestor do contrato e aos Fiscais do contrato qual serão as datas de instalação, prazo para conclusão dos serviços e eventuais necessidades de alteração de infraestrutura.

3. Autorização do plano de implantação.

Responsável	Gestor do contrato Fiscais do contrato
Prazo	Após a elaboração do plano de implantação.
Atividades	O Gestor do contrato e os Fiscais do contrato vão analisar as informações fornecidas pela empresa na elaboração do plano de implantação e vão deliberar sobre as solicitações efetuadas pela Contratada, bem como se planejar para garantir o acesso aos locais de instalação nas datas informadas, efetuando também os testes necessários ao final do procedimento.

4. Instalação do link.

Responsável	Contratada
Prazo	Após a autorização do plano de implantação
Atividades	A equipe técnica da contratada fará a instalação do link
Observações	1. Os Fiscais do contrato vão acompanhar o processo de instalação do link, para facilitar a resolução de pequenos ajustes que venham a ser necessários; 2. A data e hora para a realização

	<p>das instalações do serviço nas dependências da Contratante deve ser comunicada aos responsáveis pela gestão do contrato com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;</p> <p>3. Eventuais ocorrências de atrasos na instalações do serviço nas dependências da Contratante, devem ser comunicadas aos responsáveis pela gestão do contrato com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, apresentando-se, com a devida comprovação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto.</p> <p>4. Serão feitos testes rápidos de conectividade, velocidade, latência e saturação de link. Após a validação destes testes será fornecido à contratada o termo de recebimento provisório.</p>
--	---

5. Validação dos testes.

Responsável	Fiscais do contrato Usuários do serviço
Prazo	até 3 dias úteis após a instalação do link.
Atividades	Serão efetuados testes de velocidade, estabilidade do link e outros com o objetivo de verificar se os parâmetros estabelecidos na contratação estão sendo atingidos.

6. Envio do relatório técnico mensal.

Responsável	Contratada
Prazo	Até 5 dias após o encerramento de cada ciclo mensal.
Atividades	A Contratada deverá enviar o relatório técnico mensal, contendo os parâmetros de controle detalhados no Termo de Referência.

7. Validação ou contestação do relatório técnico mensal

Responsável	Fiscais do Contrato
Prazo	até 2 dias úteis após o recebimento definitivo do relatório técnico
Atividades	<p>Os Fiscais do contrato vão analisar o relatório técnico enviado pela Contratada.</p> <p>Caso exista a necessidade de ajuste em algum parâmetro, a equipe técnica da Contratada será informada.</p>

8. Pagamento

Responsável	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira da Contratante
Prazo	Prazo usual de processamento do processo de pagamento.
Atividades	Será efetuado o pagamento do valor devido à Contratada.

9. Processo de renovação de contrato

Responsável	Gestor do contrato Fiscais do contrato
Prazo	45 dias antes do enerramento do contrato
Atividades	<p>O Gestor do contrato e Fiscais do contrato farão, após pesquisa de preços, a análise da viabilidade econômica em renovar o contrato. Serão verificados também os parâmetros técnicos para verificar se o serviço está atendendo as necessidades do Órgão.</p> <p>Caso estes dois requisitos sejam atendidos, será feito o processo de renovação de contrato, respeitando-se o limite máximo de 60 meses e aplicandose o reajuste de valor especificado no contrato.</p>

6.2. Mecanismos formais de comunicação

Função de Comunicação 1:	Emissão de documentos da prestação dos serviços por material impresso			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Faturas, boletos bancários e NF	CONTRATADA	CONTRATANTE	Postal	Mensal
Função de Comunicação 2:	Quitação das contas de prestação dos serviços			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Boleto ou ordem bancária	CONTRATANTE	CONTRATADA	Bancário	Mensal
Função de Comunicação 3:	Sanções, contestações, rescisão e outras questões contratuais			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Ofício	Fiscal do contrato	CONTRATADA	Correio Eletrônico	Conforme necessidade
Função de Comunicação 4:	Solicitação de mudança de endereço da prestação dos serviços			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Ofício	CONTRATANTE	CONTRATADA	Correio Eletrônico	Conforme necessidade
Função de Comunicação 5:	Solicitação de manutenções, diagnósticos, relatórios gerenciais e comunicações diversas			

Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Correio eletrônico	CONTRATANTE	CONTRATADA	Correio Eletrônico	Conforme necessidade
Telefone	CONTRATANTE	CONTRATADA	Telefone	Conforme necessidade
Função de Comunicação 6:	Aviso de interrupção programada dos serviços para a realização de manutenção e/ou outros eventos técnicos			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Correio eletrônico	CONTRATADA	Fiscal Técnico	Correio Eletrônico	Conforme necessidade, desde que com 07 (sete) dias úteis de antecedência
Função de Comunicação 7:	Comunicações diversas de notificações e ciência de eventos			
Documento	Emissor	Destinatário	Meio	Periodicidade
Correio Eletrônico	CONTRATADA	CONTRATANTE	Correio Eletrônico	Conforme necessidade

6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.3.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II-TR e III-TR.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Critérios de Aceitação

Critério de Aceitação	Descrição	Nível mínimo Aceitável	Unidade de Medida
Disponibilidade	A disponibilidade do enlace corresponde ao percentual de tempo, durante o período de um mês de operação, em que o circuito esteve em condições normais de funcionamento	Igual ou maior que 99% ($\geq 99\%$)	Porcentagem
Taxa de Latência	A latência ou retardo do enlace é a medida de tempo gasto entre a transmissão do primeiro bit de um pacote na origem até a recepção do último bit do mesmo pacote no destino, em apenas um dos sentidos de transmissão.	Igual ou menor que 90ms ($\leq 90\text{ms}$)	Milissegundos
Taxa de Perda de Pacotes	A perda de pacotes representa a quantidade de pacotes perdidos fim-a-fim. É a medida percentual tomando como referência o número total de pacotes que alcançaram o destino dentre o número total de pacotes transmitidos na origem.	Igual ou menor a 3% ($\leq 3\%$)	Porcentagem
Prazo de Reparo e Restabelecimento	Prazo de reparo e/ou restabelecimento do serviço (pleno funcionamento) na ocorrência de inoperância ou falha	Igual ou menor que 4 horas (≤ 4 horas)	horas

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

7.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar *softwares* ou ferramentas idôneas da qualidade do serviço, em conformidade ao art. 10 da Resolução ANATEL nº 574/2011, podendo ser do tipo *web*, permitindo análise dos indicadores de qualidade da conexão.

7.2.2. Para os critérios de aceitação: disponibilidade, taxa de latência, taxa de perda de pacotes os dados e valores utilizados para a checagem de conformidade terão como origem as ferramentas de monitoramento disponibilizada pela CONTRATADA ou mantida pela CONTRATANTE.

7.2.3. Para o critério de aceitação prazo de reparo e reestabelecimento serão considerados os dados constantes nos sistemas de abertura de chamado da Contratado, bem como as mensagens e documentos formalizados entre as partes.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

DISPONIBILIDADE	
Fórmula	Onde:
$IDM = \left[\left(\frac{T_o - T_i}{T_o} \right) \times 100 \right] (\%)$	IDM = índice de disponibilidade mensal do link em %
	To = período de operação (um mês) em minutos
	Ti = somatório dos tempos de indisponibilidade durante o período de operação (um mês) em minutos
Aferição	Mensal
Limiar	99%
Definições	
No caso de indisponibilidade recorrente num período inferior a 04 (quatro) horas, contado a partir do restabelecimento do link da última inoperância, considerar-se-á como tempo de indisponibilidade do link o início da primeira indisponibilidade até o final desta última indisponibilidade, quando o link estiver totalmente operacional.	
Não se contabilizarão para o intervalo de indisponibilidade, nem para aplicação de sanções e multas, as interrupções do serviço provocadas por causas imputáveis à CONTRATANTE, interrupções programadas previamente agendadas e casos de força maior, como, por exemplo, desastres naturais.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	
Para valores do indicador de disponibilidade:	
<ul style="list-style-type: none"> De 99 a 100% - Pagamento integral da Nota/Fatura Abaixo de 99% - desconto de 0,02% aplicado sobre o valor mensal do serviço por cada ponto percentual em descumprimento. Abaixo de 89% - desconto de 10% aplicado sobre o valor mensal do serviço por cada ponto percentual em descumprimento. Abaixo de 51% - desconto de 50% aplicado sobre o valor mensal do serviço. 	

TAXA DE LATÊNCIA	
Fórmula	Onde:
$L = \frac{L_0 + L_1 + L_2 + L_n}{n}$	L = Latência média durante o dia de medição
	Li = Latência média medida durante a hora i do dia de medição
	n = Número total de latências medidas
Aferição	Diária
Limiar	90ms
Definições	
O tempo de resposta limite ou timeout, para o serviço será de 2000ms (dois mil milissegundos). Desta feita, caso ocorra timeout em alguma medida de hora, seu Li será computado no valor de 2000ms.	
Origem do tráfego ICMP: roteador do link instalado no endereço da CONTRATANTE.	
Destino do tráfego ICMP: roteador gateway padrão no <i>backbone</i> da CONTRATADA.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	
Para valores do indicador de taxa de latência:	
<ul style="list-style-type: none"> 2% do valor mensal do serviço por dia de ocorrência da inconformidade. 	

TAXA DE PERDA DE PACOTES	
Fórmula	Onde:

$P_p = \left[\frac{(NP_s - NP_d)}{NP_s} \right] \times 100$	<p>P_p = Perda de pacotes, em percentual</p> <p>NP_s = Número de pacotes enviados na origem, em minutos</p> <p>NP_d = Número de pacotes recebidos na origem, em minutos</p>
<p>Aferição</p>	<p>Sempre que a CONTRATANTE julgar necessário poderá ser solicitado medição diária do percentual de perda de pacotes fim a fim. A CONTRATADA deverá avaliar a medida do percentual de perda de pacotes por 5 (cinco) minutos nos horários de maior tráfego. A CONTRATADA deverá atender a essas solicitações em, no máximo, 4 (quatro) horas. É facultado ainda que a CONTRATANTE defina um horário determinado para que a medição seja realizada, desde que planejada e informada à CONTRATADA com a mesma antecedência de 6 (seis) horas. Independentemente da periodicidade de aferição, este indicador deverá ser constantemente monitorado. A Taxa de Perda de Pacotes (TPP) deverá ser calculada em ambos os sentidos de tráfego: CONTRATANTE (origem) às unidades descentralizadas (destino) e unidades descentralizadas (origem) a CONTRATANTE (destino)</p>
<p>Limiar de qualidade</p>	<p>Menor ou igual 3%</p>
<p>Definições</p>	
<p>A apuração da perda de pacotes deverá ser feita pela CONTRATADA sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, entre origem e destino indicados, através do envio de 1000 (mil) pacotes consecutivos de 32 octetos, a uma taxa de 1 (um) pacote por segundo, com tempo de timeout de 2 (dois) segundos, em um período não inferior a 15 (quinze) minutos</p>	
<p>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</p>	
<p>Em cada aferição diária solicitada pela CONTRATANTE que resulte em taxa abaixo do Limiar de Qualidade definido, será implicado à CONTRATADA desconto correspondente a 3,0% (três por cento), calculado sobre o valor mensal do circuito afetado. O referido desconto deverá ser retratado nos relatórios de prestação dos serviços, junto ao faturamento, apresentados mensalmente por enlace.</p>	

PRAZO DE REPARO E RESTABELECIMENTO	
Fórmula	Onde:
$P_{rep} = HD_a - HD_s$	P_{rep} = Prazo de reparo/restabelecimento do serviço, em horas
	HD_a = Hora/data de encerramento do atendimento pela CONTRATADA, com aceite da CONTRATANTE
	HD_s = Hora/data da abertura de chamado técnico feito pela CONTRATANTE
Aferição	mensal
Limiar	4 horas
Definições	
Tempo Máximo para Recuperação de Falhas (Maximum Time To Recovery, MTTR), com 100% de operabilidade do serviço.	
Será considerado o momento de reestabelecimento o momento em que a CONTRATADA comunicar o restabelecimento do serviço e este for confirmado pela CONTRATANTE.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	
Para valores do indicador de taxa de perda de pacotes:	
<ul style="list-style-type: none"> 5% do valor mensal do serviço por dia de ocorrência da inconformidade aplicado ao valor mensal do serviço. 	

7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- a) vinculação aos termos contratuais;
- b) proporcionalidade das sanções previstas ao grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações;
- c) as situações em que advertências serão aplicadas;
- d) as situações em que as multas serão aplicadas, com seus percentuais correspondentes, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes;
- e) as situações em que o contrato será rescindido por parte da Administração devido ao não atendimento de termos contratuais, da recorrência de aplicação de multas ou outros motivos;
- f) as situações em que a contratada terá suspensão a participação em licitações e impedimento para contratar com a Administração; e
- g) as situações em que a contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, conforme previsto em Lei.

Grau	Correspondência
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
2	0,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato.
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato.

Infração	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	5
3	Alocar funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	4
5	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução	2

	complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	
6	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	3
8	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
9	Deixar de fornecer ferramenta de monitoramento dos links conforme especificado no item 7.2.1 e no estudo técnico da contratação, por dia	3
10	Não cumprir os prazos de restabelecimento dos serviços, por dia e por ocorrência	4

7.4.1. As multas aplicadas mensalmente a empresa ficarão limitadas a 30%(TRINTA POR CENTO) do valor mensal do contrato.

7.4.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de primeiro de abril de 2021

7.4.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de primeiro de abril de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.5. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10(dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Apuração Responsabilização - PAAR.

7.4.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.10. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5. Do Pagamento

7.5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo XXX, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item.

7.5.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.5.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.5.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.2.4. Abaixo segue Formula para cálculo do pagamento mensal.

$Fatura_{va} = \left(\frac{V_{tc}}{T_{contrato}} \right) - glosas$	<p>Onde:</p> <p>Fatura_{va}: Fatura com valor ajustado; V_{tc}: Valor total do contrato; T_{contrato}: Tempo do contrato; glosas : Valor total das glosas aplicadas no período</p>
---	--

Do recebimento

7.5.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5(CINCO) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.5.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

1.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2(DOIS) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas con-tratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.13.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

7.5.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.19. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.20. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.5.21. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.5.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.5.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.5.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.5.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI de correção monetária.

Forma de pagamento

7.5.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.6.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.6.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.6.18. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.6.21. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.6.22. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços da contratação foi elaborada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020, e suas atualizações e pela Portaria 449 de 18 de maio de 2021 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

8.2. Os critérios e metodologias aplicados para o estabelecimento dos preços de referência apresentados neste documento são dispostos no Mapa Comparativo de Preços, apenso a este Processo .

8.3. As despesas decorrentes da contratação serão identificadas quando da efetiva elaboração do Edital da contratação.

ITEM	LOCALIDADE	ENDEREÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MBPS)	DURAÇÃO DO CONTRATO (MESES)	PREÇO POR MBPS	VALOR MENSAL ESTIMADO DO ITEM	VALOR ESTIMADO DO ITEM ANUAL	VALOR ESTIMADO DO ITEM POR 30 MESES
1	SR/PF/MA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO	Avenida Daniel de La Touche, 4.000 - Bairro Cohama - São Luís/MA - CEP: 65074-115;	Mbps	300	30	R\$ 13,09	R\$ 3.927,00	R\$ 47.124,00	R\$ 117.810,00
2	DPF/ITZ/MA DELEGACIA DE IMPERATRIZ	Av. Imperatriz, s/n, Quadra 10, Lote 10-a, Bairro: Parque Planalto, Cidade: Imperatriz, CEP: 65917-301 Fone: (99) 3529-2900	Mbps	100	30	R\$ 13,09	R\$ 1.309,00	R\$ 15.708,00	R\$ 39.270,00
3	DPF/CXA/MA DELEGACIA DE CAXIAS	Rua do Parnazio, nº 676, Bairro Ponte, Caxias/MA, CEP 65609-620	Mbps	100	30	R\$ 13,09	R\$ 1.309,00	R\$ 15.708,00	R\$ 39.270,00
4	Aeroporto Internacional Marechal da Cunha Machado	Av. Dos Libaneses, S/N, Bairro: Aeroporto, Cidade: São Luís, CEP: 65055-071	Mbps	50	30	R\$ 13,09	R\$ 654,50	R\$ 7.854,00	R\$ 19.635,00
5	PEP SHOPPING ILHA	Av. Daniel de la Touche, 987 - Cohama, São Luís - MA, 65074-115	Mbps	50	30	R\$ 13,09	R\$ 654,50	R\$ 7.854,00	R\$ 19.635,00
6	PORTO ITAQUI	Portaria principal do Porto de Itaqui, s/n, Bairro: Porto Itaqui, Cidade: São Luís, CEP: 65058-370	Mbps	50	30	R\$ 13,09	R\$ 654,50	R\$ 7.854,00	R\$ 19.635,00
TOTAL							R\$ 8.508,50	R\$ 102.102,00	R\$ 255.255,00

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 0001/200388;
Fonte de Recursos: 1000000000;
Programa de Trabalho: 172371;
Elemento de Despesa: 339040;
Plano Interno: PF99900TI23;

10. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.3. O contrato vigorará por 30 (TRINTA) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (SESSENTA) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 106 da Lei nº 14.133 de 2021.

10.4. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

10.5. Tal contratação se fez necessária em decorrência de que os links fornecidos pelo atual contrato da Rede PF, gerenciado pela DTI/PF, não atende na integralidade as necessidades da SR/PF/MA, caso a citada Diretoria solucione tal situação o contrato celebrado poderá ser encerrado desde que a CONTRATANTE comunique formalmente a CONTRATADA com 60 (SESSENTA) dias de antecedência.

11. **DO REAJUSTE DE PREÇOS (QUANDO APLICÁVEL)**

11.4. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.5. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice ICTI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. **Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.2. O regime da execução dos contratos é preço global, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.3. De acordo com o Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

12.4. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, caracterizando-se como “serviço comum” conforme Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

12.5. Critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.5.1. Valores unitários máximos, dispostos em tabela no subitem 2.1 deste Termo de Referência.

12.5.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

12.5.3. Na proposta apresentada os itens formadores do grupo devem estar discriminados separadamente, permitindo a identificação do preço individual.

12.5.4. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital

12.6. Critérios de aceitabilidade da sustentabilidade:

12.6.1. Para fins de aceitação, a empresa deverá enviar Declaração Socioambiental de que seu serviço atende as especificações socioambientais do certame, as quais serão comprovadas quando da execução dos serviços e o consequente recebimento provisório e definitivo.

12.7. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

<Observar a aplicabilidade do Direito de Preferência – Decreto nº 7.174, de 2010, e Lei Complementar nº 123, de 2006>.

<Também deve ser verificada a existência de decretos ou instrumentos congêneres vigentes que contemplem a aplicabilidade de Margem de Preferência>.

12.7.1. Para a contratação de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

12.7.2. Nas contratações de serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

12.8. **Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

12.8.1. A licitante deverá comprovar por meio de atestados de capacidade técnica que já prestou o serviços, ou serviços similares, objeto desta licitação.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.2. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.3. No caso de subcontratação, fica a CONTRATADA condicionada a limitar sua subcontratação a mão-de-obra de instalação e manutenção, bem como ao fornecimento de equipamentos/centrais necessários para a perfeita execução dos serviços licitados em cada item.

14. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 713, de 30 de janeiro de 2023.

14.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

MARCELO NEVES DE SOUSA Agente de Telecomunicações e Eletricidade Integrante Requisitante Mat.PF.: 12.244	VICENTE FERRER NASCIMENTO PINTO ROCHA Agente de Telecomunicações e Eletricidade Integrante Técnico Mat.PF.: 8.835	NATÁLIA FERREIRA NEVES Agente Administrativo Integrante Administrativo Mat.PF.: 9000431
---	---	---

Autoridade Máxima da Área de TIC
Ronald Lima dos Reis Agente Administrativo Mat.PF.: 13321

Aprovo,

Autoridade Competente
SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO



Documento assinado eletronicamente por **RONALD LIMA DOS REIS, Chefe de Núcleo**, em 18/04/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO ROGERIO JANSEN CASTRO, Superintendente Regional**, em 18/04/2023, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NEVES DE SOUSA, Fiscal de Contrato**, em 18/04/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VICENTE FERRER NASCIMENTO PINTO ROCHA, Agente de Telecomunicações e Eletricidade**, em 18/04/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA FERREIRA NEVES, Administrador(a)**, em 18/04/2023, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28557916** e o código CRC **F6F09DDC**.